O Fundo Constitucional do DF e a autonomia política da capital

» PAULO OCTÁVIO
Empresário. foi deputado federal e senador



O excelente debate "Entre os Eixos do DF", organizado pelo **Correio Braziliense** na última segunda-feira, foi uma oportunidade ímpar para que personagens da história da cidade pudessem discutir a importância da criação do Fundo Constitucional do Distrito Federal (FCDF), instrumento que consolidou a emancipação política da nossa capital. Ao lado de companheiros importantes da história política dos anos 1990, como o deputado Chico Vigilante (PT) e o ex-secretário Everardo Maciel, e após o pronunciamento da governadora em exercício, Celina Leão, pude narrar a trajetória que tornou realidade a independência financeira de que Brasília tanto precisa.

Para tanto, é preciso lembrar um pouco de nossa história. Brasília, até o final da década de 1980, nem sequer possuía autonomia política e dependia de recursos liberados pela União. Mas a Constituição Cidadã de 1988 veio corrigir as duas distorções, já que nos deu o direito de eleger nossos representantes e dispôs, em seu artigo 21, que competia à União organizar e manter "a polícia civil, a polícia militar e o corpo de bombeiros militar do Distrito Federal".

A autonomia política veio nas eleições de 1990, com a escolha de Joaquim Roriz e Márcia Kubitschek para comandar o GDF e dos senadores, deputados federais (grupo que tive a honra de integrar) e 24 deputados distritais. Mas faltava como regulamentar a questão dos recursos, e os primeiros passos para o FCDF foram dados no começo da década de 1990.

Naquela época, era comum a romaria de governadores e secretários de Fazenda no gabinete presidencial, em busca de verbas para suas administrações. Como a Constituição determinava, era preciso acabar com a política do pires na mão e proporcionar recursos fixos para atender áreas estratégicas de uma unidade federativa como o DF, que tem a responsabilidade de proporcionar segurança, saúde e educação de qualidade a seus cidadãos e aos que vêm para Brasília servir a seus estados e países.

Na minha segunda eleição a deputado federal, em 1998, sem que a questão tivesse sido resolvida em definitivo, entendi que era chegada a hora de dar um fim a esse constrangedor exercício de dependência crônica, que transformava os governadores eleitos em reféns do poder central. Já no final do primeiro mandato do FHC, comecei a estabelecer estratégias para viabilizar, em definitivo, uma forma de custear despesas importantes para a cidade. Dessa maneira, em 17 de março de 1999, apresentei na Câmara dos Deputados o PLP 11/1999, que criava o que chamei de Fundo de Assistência Financeira do DF (Fafi-DF).

Demorou mais de um ano para que o relatório do deputado José Ronaldo, com parecer favorável, fosse aprovado na Comissão de Finanças e Tributação em 28 de junho de 2000. A partir daí, haveria a necessidade de aprovação na Comissão de Constituição e Justiça, o que só viria a ocorrer em 20 de março de 2002, quando foi aprovado o relatório do deputado Ney Lopes.

Nesses três anos de negociações a pareceres, entendemos que a criação do Fundo Constitucional do DF precisaria ter uma chancela direta do Palácio do Planalto. Assim, após várias visitas aos ministros Pedro Malan, da Fazenda, e Pedro Parente, da Casa Civil, entendemos que o Poder Executivo poderia fazer tramitar uma proposta paralela, reforçando nosso objetivo.

Foi assim que, em 19 de junho de 2002, o Poder Executivo apresentou na Câmara dos Deputados o projeto que criava o FCDF, o PL 7015/2002. Nosso trabalho de legisladores — e aí incluo os demais colegas de bancada à época — deu lugar ao de negociadores com as várias instâncias de poder. Nesse sentido, o 31 de outubro de 2002 foi decisivo. Nessa data, tive uma reunião com o então presidente da Câmara dos Deputados para pedir agilidade na votação do projeto, visto que o governo do presidente Fernando Henrique estava entrando em seus últimos meses.

Aécio Neves, então presidente, demonstrou muito apreço por Brasília, até por entender o papel estratégico da capital para o desenvolvimento da nação e pelos laços mineiros que unem as famílias Neves, Kubitschek e Alves Pereira. E aproveitou o trabalho do PLP 11/1999, de minha autoria, para fazer com que a tramitação do PL 7015/2002 fosse acelerada.

Dessa forma, em 6 de novembro de 2002, o projeto foi aprovado na Comissão de Finanças e Tributação, graças também ao brilhante relatório do saudoso amigo e então deputado federal Jofran Frejat. Três semanas depois, o relatório do deputado Léo Alcântara passou na Comissão de Constituição e Justiça e estava pronto para ir a plenário.

E foi histórica a sessão de 11 de dezembro de 2002, quando, às 22h40, o PL 7015/2002 foi aprovado no Plenário da Câmara, após parecer do deputado Pedro Celso, da Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público. A diversidade de correntes políticas que trabalharam em favor da aprovação na Câmara está expressa no nome dos que votaram a favor — e que fizeram todas as articulações possíveis para aprová-lo. Além de mim, estavam a favor Agnelo Queiroz, Jofran Frejat, Wigberto Tartuce, Pedro Celso, Geraldo Magela e Tadeu Filippelli. Deputados dos mais diferentes partidos e linhas ideológicas, todos unidos por Brasília.

Mas o trabalho ainda tinha duas etapas a vencer. A primeira era ser aprovado em tempo no Senado, Casa na qual chegou em 12 de dezembro de 2002. Cinco dias depois, eu e o governador Joaquim Roriz, então no PTR, fomos recebidos em audiência pelo presidente Ramez Tebet, saudoso senador e pai da atual ministra do Planejamento, Simone Tebet. Com ele, conseguimos articular a votação direto no Plenário do Senado, sem qualquer emenda à proposta aprovada, graças ao trabalho dos senadores Lindberg Cury, relator pela CCJ, Luiz Otavio, responsável pelo relatório na Comissão de Assuntos Econômicos.

Assim, antes do fim do ano legislativo, o projeto foi aprovado nas duas casas e seguiu para a última etapa: a sanção presidencial. Em reunião histórica com o presidente FHC, conseguimos sua assinatura, em 27 de dezembro de 2002, na lei que criou o fundo — a norma acabou publicada no Diário Oficial da União do dia 30 de dezembro de 2002.

Na época, o valor do Fundo Constitucional do DF girava em torno de R$ 2,7 bilhões, soma bastante expressiva. Este ano, o FCDF vai garantir aos cofres da capital um total de R$ 23 bilhões. É um patrimônio que Brasília não pode perder, apesar de causar certo incômodo nos outros entes federativos. Graças a esse valor, atendemos bem aos brasileiros que correm à capital em busca de saúde pública de qualidade.

Proporcionamos boas escolas aos nossos alunos, cidadãos que vão construir o país no futuro. E podemos garantir a segurança necessária a todos que aqui vivem, desde o morador do ponto mais remoto do nosso território até o representante diplomático, passando pelo próprio presidente da República e seus ministros.

Por isso tudo, o DF precisa que o Fundo Constitucional não seja alterado, nem sua autonomia política sofra qualquer tipo de arranhão. As investigações sobre os lamentáveis atos de vandalismo e de ameaça ao Estado Democrático de Direito estão em curso, mas em nome do equilíbrio que a Justiça precisa ter, não podemos ferir os preceitos constitucionais. O resultado das urnas precisa ser respeitado. A nossa autonomia política e econômica é necessária, em defesa de uma palavra fundamental para o país: democracia. Por ela lutamos tantos anos. Dela, não vamos desistir nunca.

Arte, cultura e patrimônio para quem?

» BRUNA DA SILVA FERREIRA
Licenciada em letras e mestre em literatura (UnB), é servidora do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan)

Eu não sei você, mas nunca tive a honra de ser convidada a conhecer o terceiro andar do Palácio do Planalto. Mesmo se tivesse, não saberia identificar, no fino desenho talhado na madeira, que o relógio no corredor se tratava de uma rara peça de relojoaria de Martinot, com traçado de André-Charles Boulle. Se alguma pessoa mais versada nos sinuosos caminhos da mobília francesa me contasse tais detalhes, acrescentando, ainda, que se tratava de um presente de Luís XIV, rei da França, a D. João VI, rei de Portugal, que o trouxe para o Brasil com vinda da corte portuguesa, em 1808, minha resposta não poderia ser outra: e o que é que um símbolo do pacto colonial entre duas monarquias escravocratas faz adornando a capital da República?

Que nenhum curador de arte do Palácio do Planalto jamais tenha feito essa pergunta é um sintoma do traço que permanece entre as transições do poder pelas quais passou nosso país em mais de 500 anos de história: nunca houve ruptura da hegemonia branca nos espaços de poder e, por consequência, nos espaços que definem o que é arte, o que é cultura, o que é patrimônio. Antes que me acusem de fazer apologia da destruição de obras de valor "inestimável": não faço, absolutamente. Quero, apenas, chamar a atenção para a disputa de narrativa acerca dos símbolos de poder em uma democracia. O que se propõe é a democratização do acesso e da oportunidade de fruição, pela sociedade, da arte produzida e preservada historicamente pelas elites econômicas.

Há uma longa distância entre celebrar e apreciar o valor da história e da técnica de uma obra de arte de 200 anos e elegê-la como mártir de um atentado violento à democracia brasileira, como têm feito alguns discursos que em muito se assemelham ao que poderiam defender, sem pudor, os monarquistas que ocuparam a Superintendência do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) no Rio de Janeiro, nos últimos anos.

A leitura crítica do patrimônio cultural de origem colonial é um dos desafios impostos à política de educação patrimonial a ser fortalecida pelo Estado brasileiro a partir dos acontecimentos em 8 de janeiro. Quantas obras de artistas negros foram selecionadas pela curadoria de arte dos Palácios dos Três Poderes? Por que não convidar os artistas negros a representar os próprios sonhos e aspirações?

Dos escombros de mais uma grave afronta à democracia surge a oportunidade de avançar no compromisso simbólico firmado na passagem da faixa ao novo presidente, que a recebeu do povo brasileiro. O povo brasileiro quer subir a rampa, quer entrar no palácio e, ao entrar, quer se deparar também com representações de suas celebrações e corpos que sejam mais do que a interpretação erudita de uma beleza e de uma alegria exóticas, essencialistas.

Di Cavalcanti começou a pintar aos 11 anos — a quantos jovens brasileiros é dada a mesma oportunidade? Quantos poderão acompanhar e aprender com o trabalho de restauro das obras destruídas? Quantos deles não serão brancos? Considerando a relevância do movimento modernista na renovação das diversas expressões artísticas brasileiras, que crítica se faz à exclusão de artistas negros de um movimento de vanguarda que se propôs construir uma nova identidade nacional?

São perguntas incômodas para um momento de crise, mas que devem ser feitas, sob o risco de que a restauração do patrimônio cultural destruído por atos de terrorismo seja também a restauração de uma narrativa conhecida sobre o valor de uma arte excludente, elitista, cuja apreciação e fruição é para poucos privilegiados. É também nesse vácuo de participação social e de identificação entre os símbolos do poder e a vida vivida pela população, que o fascismo sabe tão bem manipular, que cresce o ódio que culminou nas cenas que nos abateram naquele triste domingo.

O patrimônio cultural acautelado pelo Iphan é de todos, na letra na lei, mas é preciso, ainda, que seja para todos, não como imposição estética das elites ao povo que se pretende "educar", mas como construção coletiva, que não apague a memória dos vencidos e dos explorados em nome da conservação de bens "inestimáveis".

A vinda da família real portuguesa para o Brasil, além de trazer nos cofres mobília francesa, triplicou, em 13 anos, o número de africanos e afrodescendentes escravizados no país. Diante da necessidade de elencar prioridades de gastos do governo federal, talvez a restauração do relógio de Martinot possa aguardar o socorro ao Cais do Valongo, no Rio de Janeiro, que, não por acaso, passou os últimos quatro anos — também — sob ataque de bolsonaristas extremistas e raivosos.

Visto, lido e ouvido

Desde 1960

Circe Cunha (interina) // *circecunha.df@dabr.com.br*

Educação, livros e internet

Mudanças radicais afetam o alicerce pedagógico e didático, a começar pela distância entre professor e aluno no que tange à tecnologia. Nos últimos anos, ficou patente que escolas públicas de qualidade, que não seguem o modelo de empresas do Estado, são criadas apenas para atender as demandas fisiológicas de seguidos governos, e não voltadas para uma missão de longo prazo em prol da educação.

Não se trata da constituição de mais uma empresa estatal obsoleta e dispendiosa, nos moldes do que já existe, mas de um conjunto de instituições voltadas exclusivamente para dar suporte ao ensino público de qualidade, num país, todos sabemos, continental e com desigualdades enormes. Ocorre que para atingir esse fim, não se pode, de modo algum, prescindir de tecnologia além dos livros e principalmente do acesso a livros e edições de alto nível, englobando o que a literatura nacional e mundial tem produzido de melhor.

Obviamente, para uma tarefa tão gigantesca, essa nova instituição deveria reunir em torno de si, um corpo formado por intelectuais da área de educação de reconhecida expertise, além de, educadores, empresários do ramo da editoração, escritores, técnicos em TI e outros profissionais dedicados à um só objetivo: aplainar os caminhos para que todos os brasileiros entrem em contato e se aproximem cada vez mais da realidade.

Por certo esse seria projeto de longo prazo, uma vez que reverter esse quadro é uma realidade indiscutível. Ocorre também que nos diversos certame, em que a qualidade de nosso ensino, de forma geral, é posta à prova, o denominador comum indica que, por falta de familiaridade com a leitura, nossos alunos não sabem interpretar um texto simples ou indicar, com clareza, qual é assunto abordado no texto. A falta de hábito e de exemplos em casa cooperam para os tristes indicadores. Inegável também é que enquanto a educação se desenvolve cada vez mais mundo à fora, na nossa América a escola ainda é a melhor opção para encher a barriga.

A internet e os livros (digitais ou não) são os degraus necessários para que a juventude brasileira acompanhe o progresso e a realidade mundial. Em países livres, os jovens são pensantes. Quando se vislumbra o tempo enorme que levaria para a educação brasileira ser reconhecida pela qualidade surge o antropólogo Claude Levi-Strauss em sua obra *Triste Trópicos* de 1955, onde chegou a notar que estávamos destinados a passar da barbárie à decadência, sem, ao menos conhecer a civilização.

É desse salto no escuro que temos que nos precaver. Precisamos criar bases sólidas para entrarmos no futuro com segurança, ainda mais quando verificamos a imensa disparidade existente hoje entre alunos com acesso efetivo às redes de informática e uma imensa maioria formada por brasileiros off-line ou fora das redes.

O fechamento de escolas, teatros, bibliotecas, museus, galerias, livrarias e outros diversos centros de cultura.Trata-se de um fenômeno que vinha sendo observado antes da pandemia e apontava para uma situação calamitosa. Esse desmanche das culturas se acentuou ainda mais, empobrecendo a vida em cidades e forçando-nos à uma espécie de regresso ao tempo da barbárie. Temos que evitar esse retorno no tempo, dando, às novas gerações, o caminho das pedras escondido nos livros e os mapas do tesouro por trás das redes de conexão.

» A frase que foi pronunciada

Se as crianças podem se envolver muito com os videogames, há uma maneira de elas também se envolverem muito com a educação.

Elon Musk

Boa ideia

» Professora Vivian Nogueira embarca na carreta-escola para aulas de gastronomia. São 900 vagas para profissionalização com o curso que começa nesta segunda-feira e vai até o dia 20, totalmente gratuito. Pizzas, salgadinhos, confeitaria e áreas de gerenciamento de pessoas, empreendimentos e até mídias sociais. Começa na Ceilândia, mas há a modalidade online para quem quiser participar. Veja os detalhes no Blog do Ari Cunha.

Política genocida

» Vendo aqueles índios em situação de penúria veio uma imagem publicada pela revista Istoé de 2007 que mostrava o antes e depois de uma criança desnutrida quando passou a consumir a multimistura, que salvou muitas crianças da desnutrição, no Brasil e em outros países. O feito é da Dra. Clara Brandão, médica e nutróloga, formada pela Universidade de São Paulo (USP), com especialização em pediatria e nutrologia. Segundo a revista, a médica foi trocada, por enlatados da Nestlé e Procter & Gamble. À época, a médica declarou que essa troca era uma política genocida.

» História de Brasília

Indústria chama indústria. Com a Disbrave construindo uma oficina de automóveis na W-2, em frente, numa invasão, já existe um barraco onde está instalada uma subsidiária de auto capa. (**Publicada em 15/3/1962***)*